

UM POLÍGRAFO INVOCADO: SÍLVIO ROMERO E A CRÍTICA LITERÁRIA NO BRASIL

AN IRREVERENT POLYGRAPH: SÍLVIO ROMERO AND THE LITERARY CRITICISM IN BRAZIL

Antonio Marcos dos Santos TRINDADE¹

RESUMO: Neste artigo, proponho-me apresentar o escritor sergipano Sílvio Romero, sua obra historiográfica e seu lugar na crítica literária brasileira do século XIX. Esse autor, conhecido pelo gênio forte, combativo e polêmico, foi um dos mais importantes críticos literários da chamada geração de 1870. Escrevendo sobre praticamente tudo que se referia à realidade cultural brasileira - filosofia, literatura, política, jurisprudência, economia, religião, educação, folclore -, Sílvio Romero produziu uma obra numericamente vasta, culturalmente valiosa e pioneira em muitos aspectos. Sua *História da literatura brasileira*, composta por 1.486 páginas, é considerada até pelos que a criticam como um trabalho revolucionário. Apoiado em vários autores, minha mirada é discutir um pouco a importância desse escritor e de sua obra, na história da crítica literária brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Sílvio Romero. Crítica literária. Brasil.

ABSTRACT: In this paper, I propose to present the writer born in Sergipe Sílvio Romero, his historiographical work and his place in 19th century Brazilian literary criticism. This author, known for his strong, combative and controversial genius, was one of the most important literary critics of the so-called 1870 generation. Writing about practically everything that referred to the Brazilian cultural reality – philosophy, literature, politics, jurisprudence, economics, religion, education, folklore -, Sílvio Romero produced a work that is numerically vast, culturally valuable and pioneering in many aspects. Its *History of Brazilian literature*, composed of 1.486 pages, is considered even by those who criticize it as a revolutionary work. Supported by several authors, my aim is to discuss a little the importance of this writer and his work, in the history of Brazilian literary criticism.

KEYWORDS: Sílvio Romero. Literary criticism. Brazil.

Introdução

Filósofo, historiador, jurista, político, sociólogo, jornalista, folclorista, poeta, ensaísta, crítico literário e professor, Sílvio Romero (1851-1914) foi, sem dúvida, uma das figuras mais proeminentes da *intelligentsia* brasileira da segunda metade do século XIX e inícios do XX. Conhecido pelo gênio forte, pelo brilhantismo das ideias e pelas

1. Mestre em Estudos Literários pelo PPGL/UFS - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (2015) e doutorando na mesma instituição. Professor de Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe - SEED-SE. E-mail: antonio.marcostrindade@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8562-6891>.

polêmicas de que participou, deixou uma vasta e vigorosa obra, fundamental até hoje para todos quantos se dedicam a pesquisas sobre a história da literatura no Brasil, filosofia, direito, sociologia e folclore. Seus escritos, muitas vezes contraditórios e sempre timbrados com aquela marca passional que caracterizava o autor, abriram novas perspectivas e revolucionaram a crítica literária brasileira pelas ideias novas de que se fez porta-voz. Nascido na vila de Lagarto, na então província de Sergipe, o polígrafo, que veio à luz numa família bastante grande (era um dos dez filhos do abastado comerciante português André Ramos Romero e de sua esposa, Dona Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira), depois de cursar os quatro anos dos estudos secundários no Rio de Janeiro, de 1863 a 1867, segue, já no ano seguinte, 1868, para a então badalada Faculdade de Direito do Recife, onde conhece Tobias Barreto, filósofo, jurista, poeta e polemista também sergipano, em quem o futuro autor da *História da literatura brasileira* encontrará um mestre e um de seus maiores interlocutores.

A Faculdade de Direito do Recife, mais conhecida como a “Escola do Recife”, conforme a denominou Sílvio Romero (1953b, p. 1283), então um dos três principais núcleos culturais do país (os dois outros eram a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo; e a Academia Francesa, de Fortaleza², grupo de intelectuais cearenses, que girava em torno da figura carismática de Raimundo da Rocha Lima, entre os quais se destacam Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Tomás Pompeu, Xil-dérico de Faria, Lopes Filho, Clóvis Bevilácqua, Domingos Olímpio, entre outros) fervilhava nesse momento em que começavam a ser discutidas no Brasil as “ideias novas”, como o positivismo de Auguste Comte, o determinismo de Hippolyte Taine, a concepção histórica de Henry Thomas Buckle, o evolucionismo de Charles Darwin e Herbet Spencer e do alemão Ernest Haeckel³. Essas ideias materialistas, vindas desses autores, passaram a ser discutidas com paixão pela jovem intelectualidade brasileira, chamada de geração de 1870, ou Geração de 70, à semelhança do que estava ocorrendo em Portugal com os intelectuais representantes do Realismo, envolvidos com a Questão Coimbrã do Bom Senso e Bom Gosto (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins *et al.*). Foi aí, na Escola do Recife, que Sílvio Romero encontrou o estímulo de que necessitava para mergulhar fundo, segundo ele mesmo conta em seu relato retrospectivo a João do Rio, naquele mar de “[...] tantas antropologias, etnografias, linguísticas, sociologias, críticas religiosas, folclóricas, jurídicas, políticas, e literárias, [...]” (ROMERO, 1959, p. 17).

2. Afrânio Coutinho lembra ainda, além desses três núcleos culturais, o do Rio de Janeiro e o da Faculdade de Medicina da Bahia, onde surgiu a Escola Tropicalista Baiana, segundo Coutinho, a primeira escola de pesquisa científica aplicada à Medicina em moldes modernos no Brasil. Ver, do autor, no volume 4 de *A literatura no Brasil*, o capítulo 32 “A crítica naturalista e positivista” (2004, p. 21-68).

3. Sobre a formação filosófica de Sílvio Romero, ver, do P^o. Leonel Franca, a parte VII, “Sétima época – A filosofia no Brasil (Séc. XIX-XX)”, artigo III, “Corrente materialista”, 2º parágrafo, “Monistas evolucionistas”, tópico 227, “Sílvio Romero”, de seu livro *Noções de história da filosofia* (1990, p. 300-308).

De acordo com Alfredo Bosi (1997, p. 181), vivia-se no Brasil, nesse momento, o “[...] fermento de ideias liberais, abolicionistas e republicanas.”. Era, como se vê, um momento de rupturas políticas, econômicas e intelectuais. O país passava por um momento conturbado, marcado por debates intensos entre conservadores e “modernistas”, como passaram a ser chamados por José Veríssimo (1963, p. 249-257) os que defendiam as ideias novas, liberalismo, republicanismo e abolicionismo, no plano sociopolítico, e Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Cientificismo e Criticismo, no plano artístico-literário. Sílvio Romero está todo aí, nesse contexto de lutas e transformações, atuando, segundo Antonio Candido (2006, p. 39), como “o seu principal representante em literatura, [...]”. De fato, escrevendo em 1904 sobre o momento brasileiro no ano da publicação da primeira edição da *História da literatura brasileira*, o historiador sergipano faz um balanço do contexto social e político em que atuava, enfatizando a gravidade das mudanças em curso, em relação às ideias tradicionais, conservadoras e românticas, que resistiam às mudanças: “O momento é muito mais sério; no céu despontaram outros astros, nas consciências outras aspirações, nos peitos outros ímpetos, nas frentes outras lutas.” (1959, p. 28). Depois, nessa mesma passagem, como para frisar a importância desse contexto, assinala com ênfase: “O momento político e social é grave, gravíssimo. Os problemas que nos assediam, a despeito de havermos arredado o trambolho da questão servil, são ainda muito sérios, são da índole daqueles que decidem do futuro de um povo.”. E o crítico passa, então, a fazer uma análise sociológica, discutindo cada um desses problemas “gravíssimos”, como o federalismo, a república, a organização municipal, a emancipação dos escravos, o proletariado e a organização do trabalho, a distribuição da propriedade territorial, a colonização estrangeira e a reforma do ensino teórico e técnico. Aliás, a propósito desse último, ensino teórico e técnico, e para entrarmos já na discussão sobre a crítica literária, que é, das várias searas nas quais labutou o polígrafo, a que aqui nos interessa particularmente, falemos agora um pouco sobre o ensino de literatura no contexto em que Sílvio Romero surge como reformador e, ainda segundo as palavras de Antonio Candido (2006, p. 17), como “o fundador da crítica moderna no Brasil, [...]”.

1. Origens da historiografia literária brasileira

Estudando a formação da historiografia da literatura brasileira de 1759 a 1890, João Escobar Cardoso mostra que as primeiras histórias literárias foram escritas no Brasil após a Independência de 1822, associadas a um projeto nacionalista e à criação de um sistema nacional de ensino. Nesse contexto, exerce um papel importante o Imperial Colégio de Pedro II, onde futuramente Sílvio Romero ensinará filosofia, enquanto paradigma para outros estabelecimentos de instrução secundária que se iam criando

no país. De acordo com Cardoso, inicialmente o ensino de literatura, através da disciplina de retórica e poética, ainda era marcado pela feição ilustrada e neoclássica que adquirira após as reformas de instrução pública promovidas em Portugal pelo Marquês de Pombal em 1759. De modo que, nesse contexto, a história da literatura brasileira se encontrava totalmente subordinada à história da literatura portuguesa. Conforme Cardoso (2016, p. 32), “[...] em meados do século XIX, ainda não tínhamos uma história literária.”. As primeiras obras historiográficas da literatura brasileira, a cargo de estudiosos como Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), apesar dos esforços meritórios de seus autores, ainda não apresentam uma compreensão aprofundada da literatura brasileira, à luz das novas ideias que despontam no país aí por volta de 1870. Contudo, é de se reconhecer que esses - e outros autores, como Santiago Nunes Ribeiro, e os estrangeiros Juan Valera (espanhol), Friedrich Bouterwek (alemão) e Ferdinand Denis (francês) - abriram caminho para a construção de nossa história da literatura brasileira, e que, como nota com justiça Cardoso, sem os seus esforços na pesquisa e no ensino da literatura nacional, não teríamos chegado aos trabalhos, mais amadurecidos e penetrantes, de autores como Sílvio Romero e José Veríssimo, “[...] só foi possível uma *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, ou uma *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, porque houve um *Curso elementar de literatura nacional*.” (2016, p. 176).

Antonio Candido, por sua vez, falando da crítica literária “pré-romeriana”, assinala três aspectos principais nesse campo de atuação, antes do “modernismo” crítico-literário que tomou forma no Brasil a partir de 1870. O primeiro diz respeito à investigação metódica das criações literárias relacionada à personalidade do autor e a seu contexto histórico; o segundo se refere ao estudo sistemático do fenômeno literário *per se*; e o terceiro, a interpretação da obra literária propriamente dita. No primeiro caso, estariam, segundo Candido, as obras de Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Norberto, Januário Barbosa e Pereira da Silva. No segundo, Candido distingue, de um lado, os manuais e compêndios de retórica, poética e crítica - dos quais os exemplos seriam os trabalhos dos já mencionados Sotero dos Reis e Fernandes Pinheiro, mais as obras do português Freire de Carvalho -, enquanto, de outro, estariam os escritos de poetas, expostos em prefácios e notas, aos quais Candido chama de “estética literária”. Entre os principais autores desses escritos de estética literária, ele cita Gonçalves de Magalhães, Junqueira Freire e, destacadamente, Álvares de Azevedo; o qual, conforme Candido (2006, p. 18), deve ser considerado “[...] um autêntico crítico literário.”. Quanto ao terceiro aspecto, o da crítica literária propriamente dita, de acordo com Candido, essa era uma atividade que se fazia em jornais, em prefácios e sobretudo em revistas de duração efêmera, entre as quais ele cita a *Niterói*, a *Minerva Brasiliense*, a *Revista Brasileira* (na primeira fase), a *Guanabara*, a *Revista Popular*. Entre os autores que escreviam

para essas revistas estariam os já citados Joaquim Noberto e Fernandes Pinheiro, além de Emílio Adet, Nunes Ribeiro, Torres Homem, Francisco Otaviano e Machado de Assis. A avaliação que Candido faz das obras de cada um desses autores leva em conta a contribuição e o esforço sincero no sentido de ajudar na criação de uma tradição historiográfica literária que começava a se delinear justamente a partir desses trabalhos. Entretanto, Candido não se furta de ressaltar, como características dessas obras, a falta de amadurecimento que se encontra na maior parte delas; imaturidade crítica que, segundo ele, se detecta no apego, demonstrado por muitos desses autores, aos pressupostos retóricos, ao ponto de vista estético, ao conceito judicativo e à passividade intelectual. Características que, segundo o historiador carioca, vinham desacreditando cada vez mais “[...] o ponto de vista estético em literatura e tornando urgentes revoluções literárias, como a de que seria protagonista Sílvio Romero.” (2006, p. 33).

2. A crítica literária segundo Sílvio Romero

Se autores como Joaquim Noberto, Sotero dos Reis e Fernandes Pinheiro pecavam por se apegarem, de forma reducionista, aos princípios retóricos e estéticos, Sílvio Romero, por sua vez, pecará também. Porém, em seu caso, não por se apegar demais a esses princípios, senão por se afastar radicalmente deles, concebendo sua visão de crítica literária mais como crítica cultural do que como crítica literária propriamente dita, ou seja: como aquela atividade crítica que vê a poesia e a literatura de maneira geral como “artes da palavra”, que visam antes de tudo à realização do belo. Desse modo, ao se perguntar, no capítulo V do volume I da quinta edição da *História da literatura brasileira* (1953a, p. 350), “Que é a crítica? É uma ciência? É uma arte? É um capítulo da estética? É um capítulo da lógica aplicada?”, segue, depois dessas indagações introdutórias, inquirindo se a crítica “Tem métodos seus especiais? Ou emprega processos comuns a todas as ciências?”. Por fim, após esse questionário preliminar, o autor ainda se interroga, nesse mesmo passo, se a crítica deve se aplicar somente à literatura e à arte ou se se aplica também a todas as criações espirituais humanas, “Neste último caso, em que se distingue das ciências que destas se ocupam?”. As respostas que o escritor sergipano dará a essas perguntas apontam, todavia, para uma visão ampla demais para a atividade específica do crítico literário.

É que, para Sílvio Romero, munido daquela base positivista, biológica, evolucionista e excessivamente materialista colhida em seus mestres Comte, Taine, Spencer, Haeckel e outros, a crítica é uma atividade que abarca todas as criações humanas. Assim, o ensaísta frisa, com ênfase: “Já deixei dito e repetido que ela abarca toda a área do pensamento, [...], a todas as pesquisas e construções espirituais, [...], quer as que se

reportam ao mundo psíquico, político, moral, sociológico.” (1953a, p. 371). Essa concepção abrangente da crítica (literária), alicerçada na compreensão de que a sociologia deve ser o fundamento científico subjacente a essa atividade, compreensão, por seu turno, haurida, como disse antes, na leitura entusiasmada, entre outros autores, sobretudo nas obras de Comte, Spencer e Taine (principalmente de Taine), fará com que o polígrafo rechace a poética e a estética, considerando-as “ultrapassadas”. Diz ele: “A crítica, na Europa toda, e nomeadamente em França, até Villemain, não passou essencialmente de uma prolação dos ensinamentos da velha poética e da velha retórica, [...]” (1953a, p. 361).

Portanto, “a velha poética e a velha retórica” foram consideradas pelo autor indignas de conduzir, enquanto princípios norteadores dos críticos, o nobre ofício de “ajuizar”, “ver” e “apreciar”, com critérios científicos, as obras do espírito humano, as quais deveriam ser analisadas, na perspectiva romeriana, por uma crítica “atualizada” ou “moderna”, a partir do estudo do meio, da raça, do momento e do caráter predominante. Avaliando à distância essa fé positivista radical, quase fanática, de Sílvio Romero na importância da sociologia como critério científico fundamental para a atividade do crítico literário, Afrânio Coutinho – como se sabe, um adepto da crítica estilística – considera essa concepção de crítica literária mais como história social ou história da cultura do que como crítica literária propriamente dita, compreendida, segundo Coutinho, em sua especificidade estética: “Encarada à distância, [a crítica literária romeriana] perde o estrito caráter de crítica e história literárias para assumir o cunho de história social ou da cultura. As obras literárias não tinham para ele um significado estético.” (2004, p. 41-42).

Por sua vez, Antonio Candido, que pode ser considerado um “discípulo” do crítico sergipano, embora não compartilhasse do fanatismo positivista do mestre, mas compartilhasse de sua visão sobre a importância da sociologia para a atividade do crítico literário, demonstrando, em sua obra, saber casar tão bem a análise literária sociológica com a estética⁴, diferentemente do autor da *História da literatura brasileira*, observa, não obstante, que o naturalismo do crítico sergipano, apesar do uso abusivo do vocabulário cientificista, que lhe era peculiar, não “é tão radical quanto parece, [...]”. Em seguida, como a defendê-lo das censuras que lhe faziam seus contemporâneos de seu exagerado cientificismo, Candido, nessa mesma passagem, ainda frisa que, a despeito das aparências, ele, Sílvio Romero “[...] conseguiu bem cedo livrar-se da obsessão *cientificista* através do ponto de vista sociológico e da compreensão do papel do indivíduo.” (2006, p. 129-130, grifo do autor). Como se vê, parece que a apreciação que fazem, à distância, da obra do polígrafo sergipano Candido e Coutinho, dois dos mais representativos críticos brasileiros da contemporaneidade, passa pelo filtro de suas opções críticas pessoais. O primeiro, sendo um praticante da crítica sociológica, vê a obra

4. Sobre a obra de Antonio Candido, ver, de Sandra Nitrini, “Antonio Candido, um Comparatista Dialético”, in: *Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica* (2015, p. 194-210).

romeriana como precursora e renovadora. O segundo, sendo um praticante da crítica estilística, não vê na crítica literária do autor dos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* senão apenas “história social ou história da cultura”.

E, no entanto, talvez ambos estejam certos. E estejam certos, porquanto da multifacetada, e não raro contraditória, obra do crítico lagartense é possível dizer que, quanto à sua crítica literária, ela tanto foi realmente precursora, mostrando aos estudiosos da literatura nacional que, sem assentar pé no social, a crítica corre o risco de tornar-se demasiadamente “nefelibata”; quanto, de fato, foi um tanto desleixada, em relação às legítimas preocupações com o estudo da estrutura e imanência das obras literárias, sem o qual a análise pode perder de vista que, mesmo se alicerçando seguramente no social, ao apreciar analiticamente uma obra de arte (um poema, um romance etc.), está se movendo, antes de tudo, no terreno da “estética”.

3. Identidade nacional, literatura popular, etnografia e folclore

A despeito desses aspectos criticáveis que apresenta, é inquestionável o valor da crítica literária romeriana, enquanto renovadora (e, de fato, deve ser dito sem receio: até mesmo revolucionária) no contexto da segunda metade do século XIX em que surge, quando ainda prevaleciam resquícios de uma mentalidade crítica romântica, sobretudo nos centros culturais sulinos, destacadamente no Rio de Janeiro, que, à época, era a Corte, a capital cultural do país, e em São Paulo. Quando se transferiu em 1880 para o Rio de Janeiro, o escritor sergipano já vinha desferindo contra a Corte ataques implacáveis, criticando nomes consagrados de autores representativos da literatura nacional, como Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo.

Um seu contemporâneo, o crítico literário Tristão de Alencar Araripe Júnior, sobrinho de José de Alencar, comenta que, com sua chegada (a de Sílvio Romero) à Corte carioca, “[...], dir-se-ia que uma cascavel, vinda dos sertões de Sergipe, tinha-se emboscado à Rua do Ouvidor e ameaçava a todo o mundo com a violência de sua mortífera peçonha.” (1978, p. 319). De fato, o próprio Sílvio Romero reconhece, no prólogo do volume I da primeira edição da *História da literatura brasileira* o “arrojo nervoso” (1953a, p. 33) de seu temperamento. E uma das questões que mais o exasperava era justamente o descaso dos críticos literários sulistas pela obra dos escritores do Norte (como à época era chamada também não somente a região Norte, mas também o Nordeste). De acordo com o historiador sergipano, “[...] os talentos das províncias ficam condenados ao olvido, especialmente os das províncias, hoje Estados, do Norte.” (1953b, p. 1.157).

Diferentemente de seu confrade Franklin Távora, que era radical quanto aos conflitos entre o sul e o norte e chegava mesmo a pregar o separatismo entre as suas respectivas literaturas, a fim de ressaltar o valor da “literatura do Norte” (1997, p.

9-15), no contexto dos contrastes regionais em que a nação se via imersa, configurando o Brasil daquele momento como um “arquipélago cultural”, segundo expressão cunhada por Vianna Moog (1983), ao referir-se a essa questão, Sílvio Romero, todavia, defendia a necessidade de integração nacional, a partir do conhecimento da literatura que se produzia em todo o país, e não da que era produzida unicamente nos Estados sulistas. Dizia o crítico, nessa mesma introdução ao capítulo V do volume IV de sua *História da literatura brasileira*: “Não trabalho para fragmentos do Brasil, meu labor é para o grande todo, a grande pátria. Nada de separatismos insensatos.” (1953b, p. 1.157). De fato, deve-se reconhecer que, além do mérito de reivindicar, para os estudos literários daquele momento, uma fundamentação sociológica quase inexistente nos ensaios literários anteriores aos dele, outro mérito do crítico sergipano foi essa ampliação do cânone, libertando-o de seu apego limitante aos autores sulistas. Pois foi isso que ele fez, ao estudar, em sua *História...*, ao lado de autores consagrados do Rio de Janeiro e de São Paulo, como Machado de Assis, Álvares de Azevedo, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, entre outros, nomes de poetas nordestinos, como os sergipanos Tobias Barreto (seu mestre e amigo), Pedro de Calasãs, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, José Maria Gomes de Sousa, Elzeário da Lapa Pinto; o baiano Franklin Américo de Meneses Dória; os maranhenses Joaquim de Sousa Andrade, Joaquim Maria Serra Sobrinho, Trajano Galvão de Carvalho, Gentil Homem de Almeida Braga; e o paraense Bruno Henrique de Almeida Seabra. Embora o tempo tenha sido implacável com a obra de quase todos esses poetas, condenando-os ao olvido, à exceção de Sousa Andrade (Sousândrade), cuja obra foi salva do esquecimento somente no século XX, às expensas dos esforços revisionistas dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos (1979, p. 5-20) em relação ao cânone romântico, Sílvio Romero pelo menos deve ser considerado pioneiro em mostrar que a poesia brasileira não se limitava à que era produzida no Rio de Janeiro e em São Paulo.

É nesse sentido de tentar abarcar o Brasil *in totum*, procurando criar as bases para um estudo científico aprofundado de nossa identidade literária, naquilo que a constituía culturalmente, que o crítico sergipano propôs, em seu projeto literário historiográfico, começar pelo estudo dos grupos étnicos formadores de nossa identidade cultural. Assim, o autor passa a expor sua tese de nossa formação “sextiária”, na qual o elemento predominante e que, segundo ele, deve ser visto como o mais importante de nossa formação cultural e “racial”, seria a mestiçagem e não os índios americanos, ao contrário do que, conforme o crítico, ensinava o Romantismo (que ele aí, ironicamente, chama de “romanticismo”), e nem mesmo os negros africanos. De acordo com o historiador, no capítulo I do volume I de sua *História...*, em nossa formação sextiária predomina a mestiçagem, pois, segundo ele, todo brasileiro “[...] é um mestiço, quando

não no sangue, nas ideias. Os operários desse fato inicial [nossa formação] têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.” (1953a, p. 56).

Essa tese, antes de aparecer na *História...*, havia aparecido como artigo na *Revista Brasileira* em 1880, sob o título “A poesia popular do Brasil”, o qual comporá, junto com mais outros seis artigos publicados nessa mesma revista e sob o mesmo título, o livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, publicado em 1888. Nesse artigo de 1880, o crítico já se perguntava sobre a contribuição de cada “raça” (palavra que atualmente soa incômoda...) na formação da identidade brasileira. Para responder a essa pergunta, ele sugeria, então, começar sua investigação exatamente pela poesia, dentre os vários fenômenos constitutivos do corpo de nossas tradições culturais (contos, canções, costumes e linguagem): “Quaes são ahi os agentes creadores e quaes os transformadores? O agente transformador entre nós tem sido o mestiço que, por sua vez, já é uma transformação; elle, porém, tem por seu lado actuado também como autor.”⁵ (1880, p. 109, grifos do autor). A respeito dessa tese de Sílvio Romero, Candido observa que, sem dúvida, foi daí que partiu Gilberto Freyre para desenvolver sua teoria da mestiçagem lusotropicalista entre nós como uma de nossas mais importantes características culturais. Nas palavras de Candido (2006, p. 96), neste capítulo de *A poesia popular do Brasil* pode-se dizer que “[...] estão os germens das ideias que, cinquenta anos mais tarde, serão desenvolvidas e devidamente fundamentadas, [...], na grande obra que é *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre.”

Porém, diferentemente da visão otimista que tem o historiador pernambucano da mestiçagem brasileira, o historiador sergipano, ao estudar os aspectos mesológicos e étnicos do país, apresenta, dentro de sua “ideologia” positivista-evolucionista, uma perspectiva pessimista, considerando o clima tropical e as “raças inferiores”, negros e índios, óbices ao desenvolvimento cultural do país. A esse respeito são ilustrativas suas palavras, no capítulo IV, “O meio – fisiologia da brasileiro”, do volume I da *História...*: “O trabalho intelectual é no Brasil um martírio: por isso pouco produzimos: cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa.”. Em seguida, ele continua: “A nação precisa mais de um regime dietético acertado e caprichoso do que mesmo de um bom regime político.” (1953a, p. 101). É por causa desse pessimismo de Sílvio Romero, em relação à nossa composição étnica, fruto de seu apego às premissas biológicas evolucionistas que tanto lhe limitavam a capacidade crítica, que Candido diz ter sido ele, por paradoxal que possa parecer, uma fonte de influência tanto para a teoria da mestiçagem lusobrasileira de Gilberto Freyre, quanto para a teoria da branquificação do historiador Oliveira Viana. Para o autor de *Formação da literatura brasileira*, parece estranha essa dupla influência do crítico sergipano em autores tão diferentes quanto Oliveira

5. Nas citações dos artigos e livros de Sílvio Romero, a grafia original da época foi mantida. Ver também o capítulo VII de *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1977, p. 196).

Viana e Gilberto Freyre. Para ele, Candido, é algo muito estranho o fato de que, sendo uma “[...] das fontes de Gilberto Freyre, a sua obra [a obra de S. Romero] seja também a precursora do antropossociologismo de Oliveira Viana e sua teoria da branquificação, eivada de preconceito racial.” (2006, p. 96). No entanto, Candido encontra explicação para esse fato nas contradições que habitavam o espírito do polígrafo lagartense.

Como quer que seja, esse poder de influenciar autores tão distintos em suas teorias é mais uma das facetas do pioneirismo de Sílvio Romero nas diversas áreas da formação cultural brasileira que ele tanto estudou, utilizando o método etnográfico como uma garantia da cientificidade de suas conclusões. Com efeito, para o historiador, a etnografia era um passo fundamental nas pesquisas sobre o povo brasileiro e sua literatura. Em suas próprias palavras, “A etnografia, a despeito dos esconjuros de alguns espíritos sistemáticos, é e será ainda por muito tempo um auxiliar poderosíssimo da história e da política; na crítica e nas produções literárias é preciso contar com ela.” (1953b, p. 1.187). Desse modo, munido do método etnográfico e, mais uma vez, pioneiramente consciente da importância dos estudos folclóricos – os quais, na Europa, começavam nesse momento a organizar-se, deixando de ser apenas uma atividade exclusiva de colecionadores antiquários desejosos de conhecer melhor o passado, para tornar-se uma “ciência mediana”, segundo expressão de Renato Ortiz, ao explicar como os estudos folclóricos começam a se sistematizar, ainda que enquanto uma “arte menor”, “[...] à sombra das ciências legítimas – Sociologia, Antropologia, História.” (ORTIZ, s. d., p. 56) -, Sílvio Romero começa a fazer a primeira recolha criteriosa da poesia popular brasileira, constituída por romances e xácaras tradicionais (poemas cantados), contos, bailes (chaganças e reisados), versos gerais (quadras), orações e parlendas.⁶ É verdade que ele não foi o primeiro a fazê-lo, como ele mesmo reconhece, nos ensaios que constituirão o segundo capítulo de seu livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, “Análise dos escritores que trataram da nossa poesia popular” (1977, p. 54-102).

É que, antes dele, um seu discípulo na Faculdade de Direito do Recife, o maranhense Celso de Magalhães, já havia feito algumas recolhas de romances e xácaras ibéricos coletados no Maranhão, Pernambuco e Bahia. Tais recolhas começaram a ser publicadas primeiramente no jornal *O Trabalho*, de Recife, a partir de 15 de abril de 1873, em forma de artigo. Posteriormente, elas também foram publicadas, a partir de 4 de maio do mesmo ano, no semanário maranhense *O Domingo*; continuando as publicações no semanário maranhense até 31 de agosto e no jornal recifense até 20 de setembro.⁷ Apesar de Celso de Magalhães ser, em nossas pesquisas sobre a poesia

6. Dessas recolhas nasceram os livros *Cantos populares do Brasil*, 2 vols. (1954a) e *Contos populares do Brasil* (1954b).

7. Para mais informações sobre as datas de publicação dos artigos de Celso de Magalhães, ver o estudo introdutório que faz Bráulio do Nascimento (1973, p. 7-27) das recolhas do coletor maranhense, reunidas sob o título “A poesia popular brasileira” e publicadas pela Biblioteca Nacional, na coleção “Rodolfo Garcia”, em comemoração ao centenário dessas publicações no jornal *O Trabalho*, de Recife, em 1873.

popular, incontestavelmente o pioneiro, não é certo que se diga que Sílvio Romero o “filou”, como, segundo Bráulio do Nascimento, o fizera Fran Paxeco no ensaio *O Sr. Sílvio Romero e a literatura portuguesa*, publicado em 1900 no Maranhão. Nesse trabalho, o autor chega a dizer: “Este livro ‘Estudos sobre a poesia popular no Brazil’ foi filado, na sua máxima parte do talentosíssimo etnógrafo maranhense.” (PAXECO, 1900, p. 188, *Apud* NASCIMENTO, 1973, p. 9).

De fato, isso não é exatamente verdade, uma vez que, muito ao contrário, o que Sílvio Romero fez, ao transcrever boa parte dos artigos do coletor maranhense, foi justamente lhe prestar o reconhecimento de seu pioneirismo, em uma área ainda incipiente no terreno das pesquisas entre nós. E, ainda que sua honestidade científica o leve a fazer alguns reparos a algumas considerações de Celso de Magalhães – como, por exemplo, a questão do desprezo que o crítico maranhense manifestava pelo negro e pelo índio, valorizando exageradamente a contribuição do português em nossa formação identitária, que Sílvio Romero, embora também pessimista em relação à nossa formação étnica mestiça, procura corrigir, mostrando que Celso de Magalhães “[...] não indica o que devemos ao africano, limitando-se a apontar os seus defeitos, como fizera com o índio.” (1977, p. 59) -, ainda que faça correções como essa, entre outras, o crítico sergipano, durante seu ensaio, não cessa de elogiar constantemente Celso de Magalhães, apesar de corrigi-lo em alguns pontos, apresentando seu ponto de vista, pelo menos um pouco menos racista do que o do crítico maranhense e um pouco mais justo, em relação ao que ambos chamavam de “raças inferiores”. Ainda assim, em nenhum momento, fica a impressão de que o crítico sergipano esteja “filando” Celso de Magalhães, senão enaltecendo o seu trabalho pioneiro entre nós. Por isso é que Sílvio Romero conclui esse segundo capítulo de seu livro, todo dedicado a apresentar e estudar os artigos do jovem etnógrafo maranhense, exprimindo-se da seguinte forma: “Possam estas palavras ser o primeiro sinal de justiça póstuma que o país deve ao jovem escritor que viveu por ele desconhecido ou menosprezado.” (1977, p. 102). Embora se deva, por justiça, admitir o pioneirismo do coletor maranhense em pesquisas românticas, pioneirismo, como se vê, reconhecido e valorizado pelo crítico sergipano, deve-se reconhecer também, como faz Bráulio do Nascimento (1973, p. 12), que, realmente, é a Sílvio Romero que devemos as primeiras recolhidas de nossa poesia popular, feitas de forma sistemática e publicadas em livros, como os romanceiros europeus nos quais o coletor lagartense tanto se inspirou.

4. Crítica ao crítico – Sílvio Romero polemista

Alfredo Bosi, fazendo a apresentação das resenhas críticas (na verdade, verdadeiros ensaios!), que Araripe Júnior publicou sobre as obras de Sílvio Romero na *Revis-*

ta Brasileira em 1898 e 1899, diz, lá pelas tantas, uma frase muito feliz e acertada, a saber, que “falar de Sílvio polemista é falar de todo Sílvio Romero.” (BOSI, *in*: ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 313). De fato, a polêmica é algo tão constante na trajetória intelectual do polígrafo sergipano que fica mesmo difícil estudar sua obra sem mencionar alguns dos debates em que ele se envolveu com algumas figuras ilustres da época, entre as quais Machado de Assis, José Veríssimo, Lafayette Pereira Rodrigues, Laudelino Freire e Araripe Júnior. Debates que, inclusive, tanto contribuíram para o descrédito póstumo do escritor nos meios acadêmicos. É que Sílvio Romero não possuía, como diz Araripe Júnior, “[...] a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados, e a que Schopenhauer se referia, dizendo que, sem ela, os homens se entredevorariam.” (1978, p. 319).

É ilustrativa a esse respeito a história que Araripe Júnior e Afrânio Coutinho contam sobre a defesa de tese de doutoramento em ciências jurídicas do escritor sergipano na Faculdade de Direito do Recife, a qual ficou conhecida como a questão da “morte da metafísica”. Segundo Araripe Júnior, depois de ser interrogado por um dos arguentes da banca examinadora, o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, ex-senador federal e uma das maiores autoridades conservadoras da época, sobre questões fundamentadas em autores por ele, Sílvio Romero, considerados ultrapassados (tais quais B. Constant, L. Taparelli, Bergier, Ortolan, entre outros), o doutorando teria se irritado, chamando seus examinadores de ignorantes e ineptos (1978, p. 324-325) e, conforme Coutinho, ainda teria respondido agressivamente, mandando-os “[...] estudar e aprender que a metafísica está morta.” (2004, p. 49). Ao que, segundo a versão de Araripe Júnior, o Dr. Coelho Rodrigues teria perguntado: “Quem a matou? Dar-se-á o caso que fosse o senhor?” (1978, p. 325), e Sílvio Romero, ainda de acordo com o sobrinho de José de Alencar, então “[...], perdeu a calma e, levantando-se cheio de uma ira holofernica, passou a invectivar nos termos mais acrimoniosos toda a corporificação docente.” (1978, p. 325), respondendo que quem a matou foram Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Stuart Mill, Littré, Taine, Buckle e “[...] todo o estado maior do positivismo, tanto ortodoxo como heterodoxo.” (1978, p. 325). Por aí dá para se ter uma ideia de como o polígrafo não parecia ser de levar desaforo para casa... O fato é que esse arrojo temperamental, se foi positivo, por um lado, por ajudar a derrubar alguns ídolos que já vinham emperrando os avanços científicos com seus conservantismos doutrinários, tais quais deviam ser os examinadores de sua banca de doutoramento - os quais Bosi chama de “repetidores tardios da escolástica e do ecletismo francês.” (BOSI, *in*: ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 314) -; por outro lado, levaram o escritor sergipano a cometer graves injustiças (não perdoadas pela posteridade), como por exemplo as que o polemista teria cometido em relação a Castro Alves, Machado de Assis, José Veríssimo, entre outros, as quais acabaram por prejudicar a recepção póstuma de sua obra construída com tanta dedicação e amor.

Manuel Bandeira, por exemplo, comenta, em sua *Apresentação da poesia brasileira* (1946), em relação ao julgamento que fez Sílvio Romero da popularidade de Castro Alves, de Álvares de Azevedo, de Casimiro de Abreu, de Gonçalves Dias e de Fagundes Varela, comparando-a à de Tobias Barreto, dizendo, em sua *História...* que esses cinco poetas eram conhecidos no Brasil, mas que essa popularidade permanecia estacionária, enquanto a de Tobias Barreto tendia a aumentar cada vez mais; Manuel Bandeira comenta sobre essa afirmação, eu dizia, que, no presente (ou seja, no ano de 1946), “[...] os românticos brasileiros que continuam vivos no amor do público, os que ainda são comercialmente reeditados são os cinco citados por Romero, com exclusão de Tobias Barreto.” (BANDEIRA, s. d., p. 90). Em seguida, continua o “poeta menor” pernambucano, “Em relação a este [Tobias Barreto] o vaticínio do crítico falhou completamente: ninguém mais lê, senão por dever de ofício, o poeta dos *Dias e Noites*, [...]” (BANDEIRA, s. d., p. 90).

Entre os livros⁸ que resultaram dessas polêmicas estão *Doutrina contra Doutrina* (1894), escrito contra as várias tendências positivistas que o autor sergipano renegara em nome do evolucionismo spenceriano; *Zeveiríssimas ineptas da crítica (repulsas e desabafos)* (1909), escrito contra o crítico literário paraense José Veríssimo, o qual, aliás, segundo Heron de Alencar, apesar de ter polemizado com o crítico sergipano durante quase trinta anos, foi, no que tange às reflexões sobre a cultura brasileira, um de seus mais fecundos interlocutores (ALENCAR, in: VERÍSSIMO, 1963, p. XIX); *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira* (1897), escrito sobre o “bruxo do Cosme Velho”, com quem Romero polemizou desde o início de sua carreira literária, ainda em Recife em 1870, quando escreveu sobre o livro de poesias do criador de Brás Cubas, *Falenas* (1869), artigo a que Machado de Assis respondeu em 1879 com outro, o “A nova geração”, no qual faz críticas à nova geração cientificista guiada por Tobias Barreto e ao livro de poesias de Sílvio Romero, *Cantos do fim do século* (1878); *Uma esperteza* (1887), escrito como um protesto contra o escritor açoriano Teófilo Braga. Este autor foi quem prefaciou a primeira edição, de 1883, do livro de Sílvio Romero *Cantos populares do Brasil* e apresentou algumas notas comparativas sobre os romances e xácaras aí publicados. O problema é que o autor português abusou da confiança de Sílvio Romero e acabou cortando uma parte da advertência escrita pelo coletor sergipano, em que este explicava a divisão etnográfica do livro, para passar a ideia de que essa divisão etnográfica seria de sua autoria e não do coletor brasileiro. Além disso, segundo Sílvio Romero, ele passa os contos tupis (que o sergipano buscou em Couto de Magalhães e fez a gentileza de lhe enviar) para a seção dos contos africanos, dando, mais uma vez, a impressão de

8. Os dados completos referentes a esses livros serão indicados, junto com as outras obras de Sílvio Romero citadas ao longo do artigo, nas referências.

ser essa recolha um trabalho de sua autoria. Foi por essas modificações desonestas de Teófilo Braga que Sílvio Romero fez publicar uma segunda edição em 1897 dos *Cantos populares do Brasil*, expurgada do prólogo e das notas do escritor açoriano que, querendo fazer passar por seus trabalhos alheios, dava, segundo Romero, mostras de uma verdadeira “esperteza”.

Considerações finais

Como se vê, foram muitas as polêmicas em que se envolveu o escritor sergipano. Em algumas delas, sua admiração enorme pelo amigo e mestre Tobias Barreto o teria levado a cometer algumas injustiças de julgamento, como no caso do livro sobre Machado de Assis, no qual, comparando o poeta das *Crisálidas* (1864) com o dos *Dias e Noites* (1881), ele chega a dizer sobre o criador de Quincas Borba que o seu pessimismo é “[...], pessimismo de criança, ironia de adolescente, aprendida nos livros, sobreposta a um dos espíritos mais tímidos e pacatos que já uma vez surgiram na América.” (1897, p. 73).

Por sua vez, Machado de Assis - no artigo já mencionado, “A nova geração”, publicado em 1879 na *Revista Brasileira*, se pergunta se com a nova geração poética, que estreia a partir de 1870, surge também uma poesia realmente nova. Depois de citar o prefácio do livro de poesia de Sílvio Romero, os *Cantos do fim do século*, no qual o autor sergipano diz que “A nova intuição literária nada contará de dogmático; será um resultado do espírito geral da crítica contemporânea.” (1878, p. XII, grifo do autor), o criador de Capitu responde ironicamente à sua própria pergunta sobre se haverá ou não uma nova concepção estética vinda com a nova geração, comentando que a solução que oferece Sílvio Romero, de que a nova intuição literária será o resultado do espírito da crítica contemporânea, apresenta como desvantagem não ser exatamente uma definição estética e que, além disso, “[...] não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e, sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais.” (1879, p. 378).

Para responder a críticas como essas que o escritor carioca tinha feito em seu artigo, Sílvio Romero, comparando o autor de *Dom Casmurro* com Tobias Barreto, responde-lhe, dizendo que “[...]: o autor das *Chrysalidas* não é um notável poeta, não é mesmo um poeta, posto tenha escripto muitos versos.” (1897, p. 29). Continuando as comparações entre o filósofo sergipano e o escritor carioca, o crítico sergipano explica que se sente na obrigação de fazer justiça ao seu conterrâneo, o poeta Tobias Barreto, por ele ter sido durante tanto tempo, injustamente, “um desdenhado e perseguido, relegado ainda hoje para terceiro ou quarto plano pela famosa conspiração do silêncio da crítica fluminense: [...]” (1897, p. 42). Essa é, pois, a razão por que o autor da *História da literatura brasileira* procura desqualificar a obra do autor de *Memórias póstumas de*

Brás Cubas (1881), contrapondo a ela a de seu conterrâneo Tobias Barreto. Segundo ele próprio confessa, a campanha contra Machado de Assis visa corrigir uma injustiça da historiografia literária brasileira decorrente do fato de o filósofo sergipano, a despeito de seu imenso talento literário (na perspectiva romeriana) ser um escritor provinciano que nunca baixou a cabeça à Corte.

Apesar de todo esse esforço de Sílvio Romero para incluir seu conterrâneo no cânone da historiografia literária brasileira como um dos maiores representantes de nosso condoreirismo, o tempo, que também sabe ser crítico literário, não pensou da mesma maneira que o crítico sergipano e, como disse Manuel Bandeira, o nome de Tobias Barreto “[...] se ficou para a posteridade, foi como introdutor entre nós do germanismo, o renovador dos estudos jurídicos pela concepção evolucionista darwiniana.” (BANDEIRA, s. d. p. 90). No entanto, ainda que o historiador lagartense tenha cometido erros de julgamento em relação a Machado de Assis, a Castro Alvers e outros, devido ao seu temperamento passional que, muitas vezes, o levava a permitir que questões pessoais interferissem em suas avaliações literárias, ainda assim não concordo de todo com Afrânio Coutinho, quando este diz sobre a obra romeriana que a “[...] devemos conhecer e estudar para discordar [dela].” (2004, p. 42). Mesmo eivada de todos os exageros, de todas as inúmeras contradições e de todos equívocos cometidos pelo polígrafo “invocado”, a leitura de sua obra ainda é incontornável a todos os estudiosos que se debruçam sobre as várias faces da realidade brasileira e de sua literatura. Afinal, como diz Candido, apesar de todos os seus erros estarem cada vez mais apontados e discutidos e de suas teorias estarem cada vez mais superadas, o polígrafo sergipano continua no centro “[...] de nossa historiografia literária, cada um retifica um pouco da obra dele, nega os seus pontos de vista, constata a fragilidade dos seus juízos mal fundamentados. Mas ele permanece.” (2006, p. 9). E permanece porque, embora contraditória e cheia de imperfeições, sua obra reflete a trajetória de um escritor apaixonado pelo Brasil, procurando contribuir, nas várias searas em que labutou, para a construção de um país mais fiel às suas próprias raízes.

Referências

ALENCAR, Heron. “Sobre José Veríssimo”. In: VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Introdução de Heron de Alencar. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. XI-XXVI.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ASSIS, Machado de. “A nova geração”, in: *Revista Brasileira*. (1º ano), segundo tomo, out. a dez. de 1979, p. 387. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1879_00002.pdf. Acesso em 27 de julho de 2020.

- BANDEIRA, Manuel. *Apresentação da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.
- _____. “O crítico de um crítico: ‘Sílvio Romero polemista’”. In: ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 313-318.
- CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de. “Apresentação”. In: SOUSÂNDRADE. *Poesia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1979, p. 5-9. (Nossos Clássicos, 85).
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4ª ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARDOSO, João Escobar. *Os cânones escolares: formação da historiografia da literatura brasileira (1759-1890)*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016.
- COUTINHO, Afrânio (direção). *A literatura no Brasil*. 7ª ed. Co-direção Eduardo de Faria Coutinho. Vol. 4. Parte II – Era realista/Era de transição. São Paulo: Editora Global, 2004.
- FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- MOOG, Viana. *Uma interpretação da literatura brasileira – um arquipélago cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1983.
- NASCIMENTO, Bráulio do. “Introdução”. In: MAGALHÃES, Celso de. *A poesia popular brasileira*. Introdução e notas de Bráulio do Nascimento. (Coleção Rodolfo Garcia). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. 1973, p. 7-27.
- NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica*. 3ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura Popular –*. São Paulo: Editora Olho d’Água, s. d.
- ROMERO, Sílvio. *Sílvio Romero – trechos escolhidos por Néelson Romero*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959. (Nossos Clássicos, 35).
- _____. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. Tomo primeiro. Organizada e prefaciada por Néelson Romero. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953a.
- _____. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. Tomo quarto. Organizada e prefaciada por Néelson Romero. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953b.
- _____. *Cantos populares do Brasil*. Edição anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa (Retiradas a introdução e notas de Teófilo Braga). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954a, 2 v.
- _____. *Cantos populares do Brasil*. A partir da 2ª ed. Anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954b.
- _____. *Cantos do fim do século*. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1878. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25975>. Acesso em 27 de julho de 2020.
- _____. *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. 2ª ed. melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895.
- _____. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. Em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- _____. *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. Editores, 1897.

_____. *Uma esperteza*. Os cantos e contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga. Protesto por Sílvio-Romero. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Serafim José Alves, 1887.

_____. *Zeuerissimações ineptas da crítica (Repulsas e desabafos)*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1909.

_____. “A poesia popular do Brasil”, in: *Revista Brasileira* (2º ano), sexto tomo, out. a dez. de 1880. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-brasileira/139955>. Acesso em 27 de julho de 2020.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997. (Série Bom Livro).

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis(1908). Introdução de Heron de Alencar. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.